



FUNDO DA
AMAZÔNIA
ORIENTAL

RELATÓRIO

ANUAL

2024



EQUIPE RESPONSÁVEL

EQUIPE FUNBIO

ROSA LEMOS Secretária Geral
MANOEL SERRÃO Superintendente de Programas
MARIANA MIGUEL Gerente de Portfólio
ANDRÉIA MELLO Gerente de Projetos
GILSON SPANEMBERG Gerente de Projetos
LUCAS LIMA Analista de Projetos
LARISSA PINHEIRO Consultora
AYLTON COELHO
Superintendente de Planejamento e Gestão
MARILENE VIERO Coordenadora de Controle Financeiro
ANA PAULA LOPES Analista Financeiro
HENRIQUE YOKOYAMA
Superintendente de Aquisições e Logística

FERNANDA JACINTO
Coordenadora de Aquisição e Logística
SUSANA AMORA Coordenadora de Contratos
ALESSANDRO JONADY Analista de Aquisição e Logística
WILLIAN EDGARD Comprador
FLÁVIA NEVIANI Gerente Jurídico
MÔNICA FERREIRA Gerente PMO
HELIO HARA Gerente de Comunicação e Marketing
DANIELE SOARES Contadora
ALEXANDRA VIANNA Auditora Interna
VINICIUS BARBOSA Tecnologia da Informação
ALESSANDRO DENES Tecnologia da Informação
NATÁLIA CORRÊA CEDOC
FLÁVIA MOL Administração

EQUIPE SEMAS

RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade a partir de setembro de 2024
MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade até setembro de 2024
DIANA CASTRO
Chefe de Gabinete a partir de setembro de 2024
RENATA NOBRE
Secretária Adjunta de Gestão de Recursos Hídricos e Clima a partir de setembro de 2024
CAMILLE BEMERGUY
Secretária Adjunta de Bioeconomia a partir de setembro de 2024
TATILLA BRITO Procuradora do Estado
Núcleo Consultivo SEMAS
ROBERTA SILVA Procuradora do Estado
Núcleo Consultivo SEMAS
IGOR NASCIMENTO Assessor de Comunicação
BRENDA HACHEM
Diretora de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos

CARLA REIS Diretora de Tecnologia da Informação
CAMILLA FIGUEIREDO
Coordenadora de Mudanças Climáticas, Bioeconomia e Serviços Ambientais e Diretora Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes até setembro de 2024
INDARA ROUMIÉ
Diretora de Bioeconomia, Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais a partir de setembro de 2024
HAYDEÉ MARINHO
Diretoria de Gestão Socioeconômica
FÁTIMA FERREIRA
Técnica em Gestão Pública – Administradora
PALMIRA FERREIRA
Técnica em Gestão de Meio Ambiente – Bióloga
ADRIANA NEVES
Técnica em Gestão de Meio Ambiente – Engenheira Florestal
DIELLY SILVA
Técnica em Gestão de Meio Ambiente – Ciências Sociais
NATÁLIA NAGLE Assessora Técnica

SUMÁRIO

5 PERSPECTIVAS FUTURAS

- 6 Carta do Governador
- 8 Carta do Secretário de Estado de Meio Ambiente
- 10 Carta da Secretária-Geral do FUNBIO

11 APRESENTAÇÃO

13 GOVERNANÇA DO FAO

17 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

21 PROJETOS E PARCERIAS

- 21 Fortalecimento FAO
- 23 Estratégia de Transformação Digital
- 25 Conservação e Produção Sustentável

33 EXECUÇÃO E RENDIMENTOS

35 RESULTADOS OBTIDOS

37 NOVOS PROJETOS

41 PROSPECÇÕES

43 LIÇÕES APRENDIDAS

45 AÇÕES FUTURAS

CRÉDITOS IMAGENS

CAPA, SUMÁRIO E PÁGINAS 5, 11, 33 E 45: FERNANDO SETTE/AGÊNCIA PARÁ
PÁGINAS 13, 17, 35, 37, 41, 43, 48 E 50: AGÊNCIA PARÁ

PERSPECTIVAS FUTURAS

Carta do
GOVERNADOR
HELDER BARBALHO

Carta do
SECRETÁRIO
DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE
RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Carta da
SECRETÁRIA-GERAL
DO FUNBIO
ROSA LEMOS DE SÁ





Foto: ASCOM/PA

Apresentamos o relatório anual de atividades do Fundo da Amazônia Oriental (FAO), referente ao exercício de 2024, felizes em podermos, a partir dos resultados que aqui serão destacados, reafirmar o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Pará, impulsionando políticas públicas e estratégias de proteção, conservação ambiental e inclusão social.

“[...] o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Pará, impulsionando políticas públicas e estratégias de proteção, conservação ambiental e inclusão social.”

HELDER BARBALHO

Governador do Estado do Pará
Presidente do Comitê Gestor
do Fundo da Amazônia Oriental

Entre janeiro e outubro de 2024, o FAO captou mais de R\$ 30 milhões em recursos, que foram investidos em iniciativas estruturantes, alinhadas ao Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) — principal diretriz para as ações de combate ao desmatamento, promoção da restauração florestal, conservação dos nossos ecossistemas e incentivo à produção sustentável. Em 2024, esse plano ganhou força normativa com a sanção da Lei nº 10.750, fruto de uma revisão participativa e democrática realizada por meio de consulta pública.

Com esses investimentos, conseguimos consolidar avanços importantes. Destacamos, entre as principais ações financiadas, a aquisição e implementação do novo Data Center da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), instalado no Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT-Guamá), fortalecendo nossa infraestrutura tecnológica e a capacidade de gestão ambiental do estado.

Outros marcos relevantes incluem o aprimoramento do sistema de fiscalização, a ampliação de investimentos em logística, infraestrutura e tecnologia, e, sobretudo, a expansão do Programa Territórios Sustentáveis (TS) para novas regiões. A chegada do TS à Ilha do Marajó, com a criação do TS Marajó, é símbolo de um Pará mais presente, justo e sustentável, alcançando populações que historicamente enfrentaram maiores desafios de desenvolvimento.

Avançamos também na agenda de regularização fundiária e justiça social. Com o apoio do FAO, realizamos o georreferenciamento de 11 mil hectares para titulação de Territórios Quilombolas nos municípios de Abaetetuba, Cametá e Oeiras do Pará. O resultado foi a

emissão de três novos títulos, beneficiando cerca de 600 famílias nos territórios quilombolas de São Jorge, Nova América e Costeira. Os resultados do FAO contribuíram para o total de 19 títulos entregues em 2024, consolidando o Pará como o estado com o maior número de títulos coletivos quilombolas concedidos no Brasil.

No campo das políticas de valorização dos serviços ecossistêmicos, destacamos o projeto de ampliação do programa de Pagamento por Serviços Ambientais em Territórios Coletivos (PSA 2), que contará com investimento de US\$ 3,5 milhões, acrescido de contrapartidas. A iniciativa fortalece o projeto “Valoriza Territórios Sustentáveis”, parte integrante do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará, promovendo o reconhecimento econômico dos produtores rurais que atuam na regeneração, manutenção e conservação dos recursos naturais.

O FAO tem se consolidado como uma ferramenta estratégica de apoio à implementação das políticas públicas ambientais do Estado do Pará. Sua estrutura de governança própria e metas claras o tornam um modelo eficiente e transparente, comprometido com resultados e com a transformação da realidade de milhares de paraenses.

Diante desses resultados de impacto, demonstramos que seguimos firmes com foco na valorização dos territórios, estimulando a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. O FAO representa esse caminho — e continuará a ser uma das principais alavancas dessa mudança estrutural.

Carta do
SECRETÁRIO
DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE



Foto: ASCOM/PA

O ano de 2024 representou um marco para a consolidação do Fundo da Amazônia Oriental (FAO) como um mecanismo financeiro estratégico e eficaz de apoio à implementação de políticas públicas ambientais no estado do Pará. A efetiva execução dos recursos e as primeiras entregas concretas a partir do uso desse instrumento reafirmam sua relevância como impulsionador de ações estruturantes e transformadoras para o desenvolvimento sustentável do território paraense.

“[...] Seguiremos comprometidos com o aprimoramento contínuo do FAO e com a construção de soluções inovadoras e integradas para promover o desenvolvimento sustentável com justiça socioambiental no estado do Pará.”



RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário de Estado de Meio Ambiente
e Sustentabilidade do Pará
Vice-presidente do Comitê Gestor do
Fundo da Amazônia Oriental

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), na qualidade de coordenadora de diversas políticas públicas e vice-presidência do Comitê Gestor do FAO, acompanhou de forma ativa não apenas os projetos sob sua responsabilidade direta, mas também iniciativas conduzidas por outros órgãos do Governo do Estado. Entre os principais resultados de 2024, destacam-se a entrega de um Data Center Modular para a própria SEMAS, a titulação de três territórios quilombolas sob a responsabilidade do ITERPA e a elaboração da proposta da Estratégia Estadual de Sementes, com seu respectivo planejamento de implementação e estruturação do Núcleo Piloto no Baixo Amazonas, sob coordenação do IDEFLOR-Bio.

Ressaltamos, ainda, os avanços na implementação do Programa Territórios Sustentáveis no arquipélago do Marajó, com foco no município de Portel, política pública coordenada pela SEMAS que se encontra em fase de finalização. Em paralelo, teve início o processo seletivo via Chamada de Projetos promovida pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), gestor financeiro e operacional do FAO, com vistas ao apoio técnico e financeiro para o fortalecimento das cadeias de valor da socio-biodiversidade de organizações quilombolas de 13 municípios do Pará, ação que se articula diretamente com o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), política pública também sob liderança da SEMAS.

Ainda em 2024, iniciaram-se os estudos para a criação de três novas Unidades de Conservação no município de Portel, sob responsabilidade do IDEFLOR-Bio — um avanço significativo rumo ao cumprimento das metas estaduais de conservação e restauração florestal.

O FAO segue em crescimento. Em apenas dois anos, mais de R\$ 30 milhões foram internalizados, e a expectativa para 2025 é alcançar a marca de R\$ 100 milhões em recursos captados. O Fundo tem se destacado pela execução de recursos oriundos de obrigações legais, proporcionando segurança jurídica, confiabilidade e transparência aos parceiros e investidores.

Apesar dos avanços alcançados em 2024, persistem importantes desafios relacionados ao fortalecimento institucional do Estado. Nesse sentido, o FAO tem se mostrado um aliado fundamental, oferecendo suporte operacional e institucional à SEMAS e a outros órgãos, além de ampliar a capacidade do Estado em captar novas parcerias e consolidar uma governança ambiental robusta e eficaz.

Seguiremos comprometidos com o aprimoramento contínuo do FAO e com a construção de soluções inovadoras e integradas para promover o desenvolvimento sustentável com justiça socioambiental no estado do Pará.



Carta da SECRETÁRIA-GERAL DO FUNBIO

ROSA LEMOS DE SÁ



Foto: ASCOM/FUNBIO

Pouco mais de cinco anos após sua implementação, o Fundo da Amazônia Oriental (FAO) se consolida como eficiente mecanismo financeiro do estado do Pará, como evidenciam os expressivos resultados alcançados em 2024. Nessa jornada, diferentes abordagens se confirmam efetivas: a complementariedade, por exemplo.

Aos projetos atuais, somam-se ao menos três projetos e parceiros já incluídos ou em estruturação, que darão ainda maior robustez financeira ao fundo, assegurando a transformação em realidade do planejamento de conservação e desenvolvimento sustentável do estado. Entre eles, está o projeto piloto de pagamentos por serviços ambientais (PSA) na Terra do Meio, que terá o FUNBIO como Agência Executora dos recursos de doação do BID do Subprograma de Territórios Coletivos do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais do estado do Pará (PEPSA-PA).

Como gestores financeiros do FAO, temos enorme satisfação em acompanhar o impacto positivo causado pelo mecanismo já nesses seus primeiros anos de atuação. Em nossas quase três décadas, a serem celebradas em 2026, nós do FUNBIO temos tido o privilégio de acompanhar

e fomentar transformações produtivas que fazem avançar a conservação. E o FAO, este fundo original criado pelo governo do Pará, é um exemplo inequívoco de sucesso.

Com foco em meio ambiente e no desenvolvimento do Estado, o FAO apresentou em 2024, entre outros avanços tangíveis e mensuráveis, o impulsionamento à criação de três novas unidades de conservação no município de Portel. Também em 2024, foram emitidos três títulos para territórios quilombola, que impactam diretamente cerca de 600 pessoas.

Nos próximos anos, estamos seguros de que, com a combinação de visão, recursos financeiros, agilidade de gestão e parcerias, o FAO se consolidará ainda mais como um modelo e exemplo para iniciativas similares que aliam conservação e avanço sustentável.



APRESENTAÇÃO

O Fundo da Amazônia Oriental (FAO) é um mecanismo operacional e financeiro de natureza privada, instituído pelo estado do Pará com o objetivo de fortalecer políticas públicas e iniciativas sociais voltadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável no território paraense.





Parque Estadual das Árvores Gigantes da Amazônia, Pará
Foto: Fernando Sette/Agência Pará

O FAO integra o conjunto de estratégias de implementação de políticas estaduais direcionadas ao combate ao desmatamento, à promoção da restauração ecológica, à produção sustentável e à conservação dos ecossistemas. Seu principal marco orientador é o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), lançado em 3 de agosto de 2020, por meio do Decreto nº 941, e

posteriormente sancionado como Lei Estadual nº 10.750, em 2024, após revisão participativa realizada por meio de consulta pública.

Com estrutura de governança própria, metas definidas e critérios técnicos claros, o FAO tem se consolidado como uma ferramenta estratégica de apoio à execução de políticas públicas no Pará. Mais do que um instrumento financeiro, o Fundo tem atuado ativamente na estruturação, implementação e viabilização operacional de políticas públicas voltadas à agenda climática e socioambiental.

Este relatório
apresenta os
principais resultados
das ações conduzidas
pelo FAO ao longo
do ano de 2024

Este relatório apresenta os principais resultados das ações conduzidas pelo FAO ao longo do ano de 2024, com destaque para os avanços obtidos nos projetos em execução, os novos projetos incorporados à carteira e as prospecções em andamento, com vistas à ampliação do impacto e da sustentabilidade das ações apoiadas.



GOVERNANÇA DO FAO

Para viabilizar o conjunto de atividades necessárias ao funcionamento do mecanismo financeiro e operacional, considerando os diferentes tipos de atuação das instâncias existentes, existem três níveis de atribuição, os quais se distinguem pelo grau de detalhamento das ações envolvidas e pela forma como cada nível de planejamento influencia a estrutura geral de tomada de decisão.



Esses níveis de atribuição estão diretamente vinculados às instâncias de governança do mecanismo, sendo classificados em: **estratégico**, **tático** e **operacional** (FIGURA 1). Em cada um desses níveis estão distribuídas atribuições deliberativas e consultivas, conforme suas competências específicas.

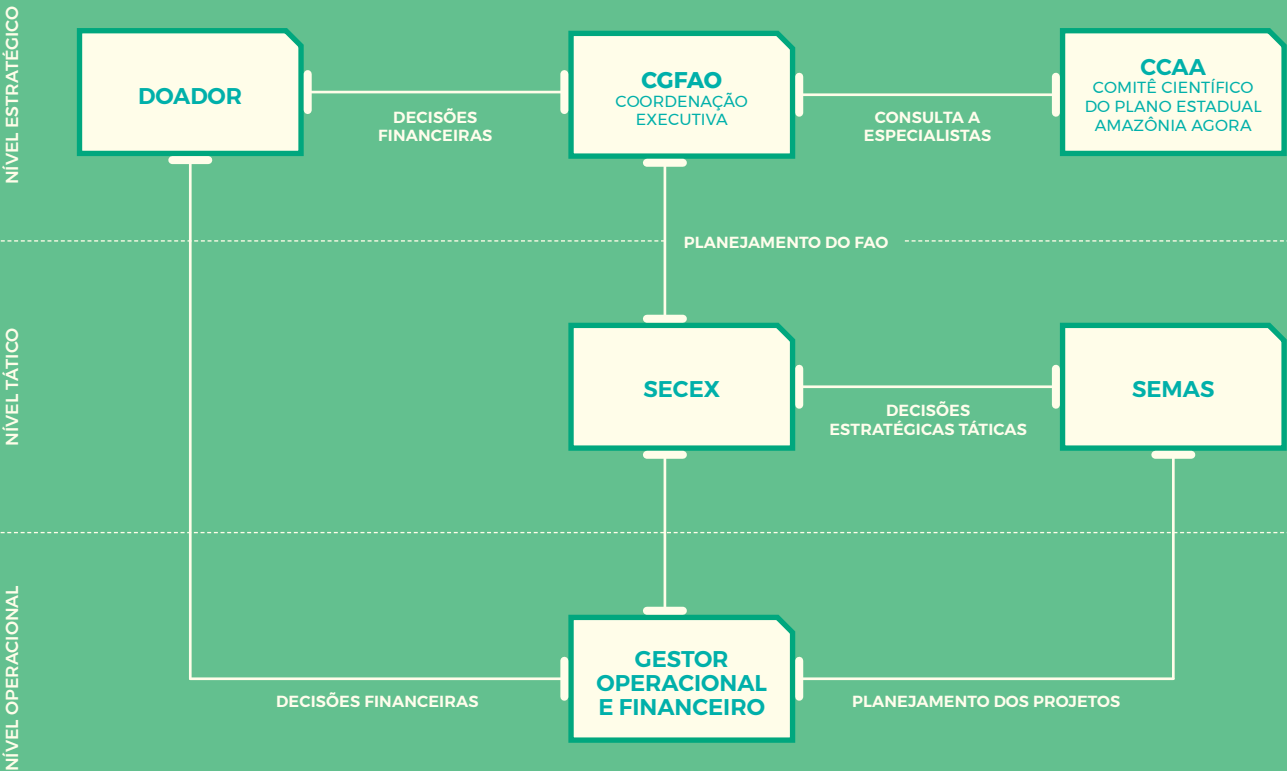


FIGURA 1: Fluxo dos níveis de atribuição (Fonte: SECEX)

Cada nível de atribuição conta com instâncias responsáveis pela tomada de decisão sobre o planejamento financeiro e técnico do Fundo. As instâncias deliberativas têm como finalidade garantir a eficácia, eficiência e efetividade dos acordos estabelecidos entre os diversos atores envolvidos, assegurando a exequibilidade das ações planejadas.

O Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO) constitui uma das principais instâncias deliberativas do mecanismo, sendo

responsável pelas decisões estratégicas no âmbito do FAO. Conforme previsto em seu Regimento Interno, o CGFAO deve realizar, no mínimo, três reuniões ordinárias anuais, com quórum mínimo de cinquenta por cento mais um de seus membros.

No ano de 2024, alterações na gestão da Secretaria Executiva (SECEX) do FAO e na liderança da SEMAS impactaram o calendário previsto de reuniões do CGFAO. Como resultado, foram realizadas duas reuniões ordinárias: a primeira,



FIGURA 2: Oitava Reunião Ordinária do CGFAO realizada em dezembro de 2024
(Fonte: SECEX)

O CGFAO foi instituído por meio do Decreto nº 346, de 14 de outubro de 2019, como instância estratégica de deliberação no âmbito do mecanismo.

em maio, teve como pauta principal a apresentação e aprovação do Relatório Anual de 2023; a segunda, em dezembro (**FIGURA 2**), teve como objetivos apresentar as atividades executadas ao longo do ano, dar boas-vindas ao novo Secretário de Meio Ambiente do Estado, apresentar o novo gerente do FAO e registrar a entrada da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) como nova organização representante da sociedade civil no Comitê.

Em decorrência da impossibilidade de realização da reunião intermediária do CGFAO, originalmente prevista para ocorrer entre os meses de agosto e outubro de 2024, foi deliberada a elaboração de um relatório parcial de atividades, com o objetivo de fornecer aos membros do Comitê uma atualização abrangente sobre o andamento das ações em curso.

O CGFAO foi instituído por meio do Decreto nº 346, de 14 de outubro de 2019, como instância estratégica de deliberação no âmbito do mecanismo. Sua composição abrange cinco órgãos da administração pública estadual, dois representantes de organizações da sociedade civil e um representante convidado, indicado pelo Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas do Pará (FPMAC/PA), obrigatoriamente oriundo dos assentos da sociedade civil (**FIGURA 3**).

INSTITUIÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
GOVERNO DO ESTADO (PRESIDÊNCIA)	HELDER ZAHLUTH BARBALHO	JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA A partir de setembro de 2024: RAUL PROTÁZIO ROMÃO
SEMAS	JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA A partir de setembro de 2024: RAUL PROTÁZIO ROMÃO	BRENDA MELISE MORBACH PAREDES HACHEM
SEPLAD	ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA A partir de junho de 2024: RENATA MIRELLA FREITAS GUIMARÃES DE SOUZA COELHO	BERNADETE DE JESUS BARROS ALMEIDA
IDEFLOR-BIO	NILSON PINTO DE OLIVEIRA A partir de março de 2024: JÚLIO CESAR MEYER JUNIOR	JÚLIO CESAR MEYER JUNIOR A partir de março de 2024: THIAGO VALENTE NOVAES
ITERPA	BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS	YNGRID HENRIQUE TAVARES RODRIGUES SANTA
SEDEME	PAULO EDUARDO MAESTRI BENCTSON	GIL SALES
TNC	JOSÉ OTÁVIO D'ACOSTA PASSOS	KAREN PIRES DE OLIVEIRA
A partir de setembro de 2024: FAS	A partir de setembro de 2024: VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA	A partir de setembro de 2024: VICTOR AUGUSTO SALVIATI
FEPIPA	RONALDO NUNES RAMOS AMANAYÉ	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA SOUZA

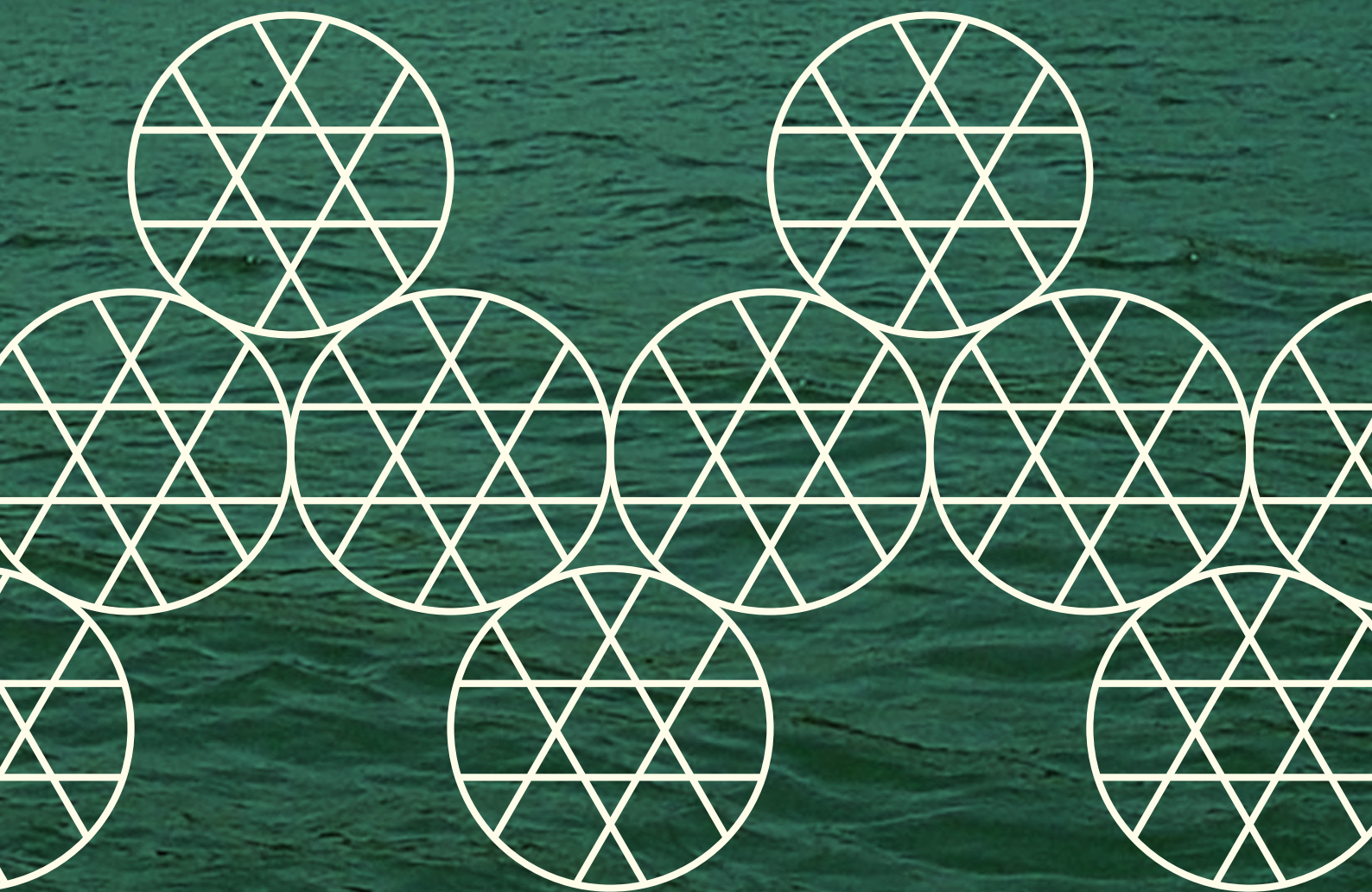
FIGURA 3: Composição de membros representantes do CGFAO

[...] a cada dois anos de funcionamento do mecanismo, deve ser realizada a revalidação das representações da sociedade civil no Comitê Gestor.

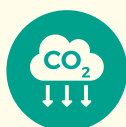
De acordo com o Manual Operacional (MOP) do FAO, o Regimento Interno do CGFAO e as diretrizes estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 346, de 14 de outubro de 2019, a cada dois anos de funcionamento do mecanismo, deve ser realizada a revalidação das representações da sociedade civil no Comitê Gestor.

Em conformidade com essa exigência e com deliberação do próprio Comitê, foi conduzido o processo seletivo por meio do Edital DPC/SEMAS nº 01/2024, resultando na escolha da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) para ocupar um dos assentos da sociedade civil no CGFAO, anteriormente representado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



De acordo com o MOP do FAO, o Fundo é estruturado como um fundo revolvente, com base em 14 eixos de financiamento, sendo que um desses eixos destina-se à abertura para novas possibilidades de atuação, não previamente idealizadas, desde que aprovadas pelo Comitê Gestor e em sintonia com os dois objetivos gerais do FAO:



**REDUÇÃO DO
DESMATAMENTO ILEGAL E
DAS EMISSÕES DE GASES
DE EFEITO ESTUFA (GEE)
NO TERRITÓRIO PARAENSE**



**CUMPRIMENTO DE METAS
PREVISTAS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE MEIO
AMBIENTE**



**DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO ESTADO
DO PARÁ**

Área de Proteção Ambiental, Pará
Foto: Agência Pará



Os eixos de investimento do FAO estão diretamente alinhados com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com outros compromissos globais firmados pelo estado do Pará, como a Carta da Terra e a campanha mundial “Corrida para o Zero” (*Race To Zero*). No início das operações do FAO, em 2022, o Comitê Gestor definiu três eixos prioritários para a atuação do Fundo:

► **ORDENAMENTO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO**

► **RECUPERAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO**

► **BIOECONOMIA**



ORDENAMENTO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO

Este eixo tem como objetivo implementar um conjunto de ações voltadas à regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais no Pará, com ênfase na análise e validação de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) e em programas de cadastramento de propriedades e titulação de terras. A regularização é fundamental para garantir a ocupação ordenada do território e, além de ser uma exigência legal, é essencial para a viabilidade dos negócios, especialmente no que diz respeito à competitividade de produtores que buscam acessar mercados mais exigentes em termos ambientais. Este eixo também se inter-relaciona com a *Recuperação Produtiva do Território*, pois a regularização ambiental contribui para a recomposição de áreas degradadas e improdutivas, promovendo a recuperação da qualidade ambiental.



RECUPERAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO

Este eixo visa não apenas requalificar o território para o uso sustentável e produtivo, mas também garantir a restauração de áreas degradadas, alinhando-se com as políticas públicas estaduais de recuperação e uso sustentável da terra.



BIOECONOMIA

Este eixo busca promover atividades econômicas sustentáveis baseadas no uso e aproveitamento racional dos recursos naturais, conforme preveem os ODS, com ênfase na transformação da economia do Pará rumo à neutralidade de carbono, conforme estabelecido pelo Governo do Estado. O Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) (Decreto nº 2.746/2022) constitui uma das principais iniciativas nesse eixo, integrando-se às metas do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e à Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA) (Lei nº 9.048/2020).

A **FIGURA 4** ilustra as frentes de trabalho em andamento dentro desses três eixos, com as respectivas contratações e aquisições para execução das atividades nas regiões do Pará contempladas.



FIGURA 4: Atividades em andamento, contratação e/ou aquisição e região por eixo de atuação (Fonte: SECEX)

Ressalta-se que, durante a 8ª Reunião Ordinária do CGFAO, foi identificada a necessidade de se revisitar o Decreto de criação do FAO e os eixos prioritários de atuação atualmente em curso, visando garantir a adequação e a eficácia das ações em consonância com as demandas emergentes e os objetivos estratégicos do Fundo.

As atividades apresentadas na **FIGURA 3** são viabilizadas pela execução dos projetos que compõem a carteira do FAO, os quais serão detalhados no item **Projetos e Parcerias** [ver p. 21] deste relatório.

PROJETOS E PARCERIAS

FORTALECIMENTO FAO

Fonte de recurso:

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE (ICS)

Valor total:

R\$ 1 MILHÃO

O recurso destinado ao projeto **Fortalecimento FAO** contempla três frentes de trabalho, divididas da seguinte forma:

- ▶ **MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO DO FAO;**
- ▶ **ESCRITÓRIO DE PROJETOS;**
- ▶ **ESTRATÉGIA ESTADUAL DE SEMENTES.**

Durante o ano de 2024, houve o aditamento do prazo do contrato com o doador, e dentro da frente de materiais de comunicação, foram contratados materiais adicionais para divulgação do FAO, conforme solicitado pela SEMAS, além da contratação de designer e serviços de correção e tradução dos documentos e relatórios produzidos pelo FAO.

No âmbito da frente *escritório de projetos*, em 2024, foi contratada uma consultoria local para a elaboração de um projeto voltado ao Fundo Amazônia, com foco em comando, controle e transição socioeconômica de baixo carbono para o estado do Pará. A execução deste projeto encontra-se em andamento, com ênfase em restauração florestal.

Ainda dentro da frente *escritório de projetos*, foi elaborado o Termo de Referência para a

FIGURA 5: Reunião para alinhamento de elaboração da estratégia de sementes (Fonte: SECEX)



contratação de uma consultoria que propo- nha uma estratégia de viveiros de mudas para o estado do Pará. O objetivo é possibilitar a gestão eficaz dos viveiros públicos nos municí- pios paraenses de Altamira, Anapu, Goianésia do Pará, Medicilândia, Nova Ipixuna, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Ressalta-se que essa contratação será realizada com recursos pro- venientes do ICS e dos rendimentos do TAE Imerys, com execução prevista para o início de 2025.

Quanto à frente *estratégia estadual de se- mentes*, foram realizados diversos diálogos e três *workshops* (**FIGURA 5**) ao longo de 2024, conduzidos pela consultoria contratada, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). Como resultado, foram entregues a Estratégia de Sementes do Estado do Pará e uma proposta de estruturação do Núcleo de Gestão Piloto no Baixo Amazonas, com foco na restauração florestal. Essa iniciativa está sendo coordenada pelo IDEFLOR-Bio.





FIGURA 6: Primeiro *workshop* sobre Estratégia de Sementes realizado em Belém (Fonte: ASCOM/IEB)

Os dois primeiros *workshops* foram realizados em Belém, na sede do IEB, e consistiram em apresentações e debates com diversos setores interessados (governo, academia, pesquisa, sociedade civil, entre outros), com o objetivo de promover uma construção participativa da política pública, além da validação da estratégia propriamente dita.

O primeiro *workshop* ocorreu em fevereiro de 2024, contando com a presença de Nilson Pinto, Presidente do IDEFLOR-Bio, Andréia Mello, gerente de projetos do FUNBIO, e Manuel Amaral, Coordenador Geral do IEB, no escritório de Belém (**FIGURA 6**).



FIGURA 7: Segundo *workshop* sobre Estratégia de Sementes realizado em Belém (Fonte: SECEX)

O segundo *workshop* ocorreu em setembro de 2024, também na sede do IEB, em Belém, com a participação dos principais atores convidados no primeiro encontro (**FIGURA 7**).

Para a apresentação, debate e validação da estruturação do Núcleo Piloto do Baixo Amazonas, que será implantado, possivelmente, em Santarém, foi realizado o último *workshop* participativo com diversas organizações da sociedade civil em Santarém, no mês de novembro (**FIGURA 8**).

FIGURA 8: Terceiro *workshop* sobre Estratégia de Sementes realizado em Santarém (Fonte: SECEX e ASCOM/IEB)



ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Fonte de recurso:



Fonte de recurso:

TAC JBS

TAE IMERYS

Valor total:

R\$ 5 MILHÕES

Valor total:

R\$ 5 MILHÕES



FIGURA 9: Data Center instalado no PCT Guamá (Fonte: SECEX)

O projeto **Estratégia de Transformação Digital**, que utiliza uma combinação de recursos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a empresa JBS, e do Termo de Acordo Extrajudicial (TAE) celebrado entre a SEMAS e as empresas Imerys Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, enfrentou alguns entraves durante a execução do contrato.

Após diversas modificações e recálculos de rota, envolvimento de múltiplos atores e empresas, o contêiner foi montado em Brasília no início de 2024 e transportado via terrestre até o bairro Guamá, em Belém, onde se encontra o Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá, local de instalação do Data Center Modular (**FIGURA 9**).



O contêiner foi instalado no dia 15 de abril de 2024 (**FIGURAS 10 E 11**). Durante os meses de maio e junho, foram realizados os trabalhos de instalação da internet no contêiner e o planejamento da etapa de *moving*, conduzida em três etapas denominadas ondas.

Durante o planejamento para a realização do *moving* – que se refere ao transporte físico dos equipamentos – foi implementado um procedimento de contingência, com a aquisição de equipamentos de segurança, também fornecidos pelo FAO, para garantir que não houvesse interrupções nos sistemas da SEMAS.

Todo o processo transcorreu de maneira satisfatória, e a primeira onda do *moving* ocorreu no dia 2 de julho, quando foi realizado o teste de conectividade entre SEMAS-sede, localizada na Travessa Lomas Valentinas, no bairro Marco, e o Data Center, no PCT Guamá.



FIGURAS 10 E 11: Data Center instalado no PCT Guamá (Fonte: SECEX)

FIGURA 12: Gerador vinculado ao Data Center Modular (Fonte: SECEX)



As segunda e terceira ondas aconteceram entre os dias 25 e 28 de julho, momento em que os equipamentos foram efetivamente transportados da SEMAS-sede para o Data Center no PCT Guamá. Com a validação dessa etapa pela SEMAS, no dia 2 de agosto de 2024, iniciou-se a etapa de garantia da instalação do contêiner (com duração de 36 meses) prevista no contrato.

Com o início das atividades do Data Center Modular, verificou-se, por meio do ponto focal da SEMAS, a necessidade de contratação de um profissional para realizar o transporte de combustível para o abastecimento do gerador (**FIGURA 12**) vinculado ao contêiner. No entanto, até o momento, não houve definição sobre a condução dessa demanda, uma vez que não estava inclusa no serviço contratado pelo FAO.

CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Fonte de recurso:

GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION

Valor total:

US\$ 3,8 MILHÕES

FIGURA 13: Atividades de campo para georreferenciamento de territórios quilombolas (Fonte: ITERPA)



O projeto **Conservação e Produção Sustentável em Novas Áreas Protegidas no Pará: o caso de Territórios Quilombolas**, viabilizado com recursos de doação da Fundação Gordon & Betty Moore, é didaticamente dividido em três componentes:

- 1 – CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS;
- 2 – PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL;
- 3 – CADEIAS DE VALOR QUILOMBOLA.

Durante o ano de 2024, dentro do COMPONENTE 1 (criação de novas áreas protegidas), o FAO apoiou duas iniciativas com dois parceiros distintos: IDEFLOR-Bio e ITERPA.

Para o IDEFLOR-Bio, o apoio fornecido pelo FAO está impulsionando a criação de três unidades de conservação (UCs), sendo uma Floresta Estadual (FLOTA) e dois Refúgios da Vida Silvestre (REVIS), todas localizadas em Portel. Para essa

iniciativa, foram assinados dois contratos com a empresa STCP Engenharia e Projetos, um para a realização de inventário florestal com o objetivo de analisar os recursos florestais da área da FLOTA e outro para a realização de diagnóstico socioambiental e fundiário para as três áreas. Em termos de área, aproximadamente 530 mil hectares de Portel serão transformados em UCs, sendo duas unidades de proteção integral e uma de uso sustentável.

Para o ITERPA, foi contratada a empresa GEOMAP para a prestação de serviços de georreferenciamento em uma área de 11 mil hectares. Em janeiro de 2024, iniciaram-se os trabalhos de campo, quando foi definida a escolha de três áreas coletivas para a titulação de território quilombola. Essas áreas são: Vila São Jorge (Abaetetuba), Nova América (Oeiras do Pará) e Costeira (Oeiras do Pará e Cametá) (FIGURA 13).



FIGURAS 14 E 15: Diagnóstico participativo com as lideranças comunitárias e visita técnica às comunidades dos municípios de Breves, Portel e Melgaço para levantamento de dados primários (Fonte: SEMAS/PA)

A empresa GEOMAP realizou o georreferenciamento com o acompanhamento de técnicos do ITERPA, e a entrega dos produtos foi finalizada em julho de 2024. Como resultado dessa iniciativa, foram emitidos três títulos para os territórios quilombolas, tendo sido o título de Vila São Jorge entregue em setembro de 2024 e os outros dois, Nova América e Costeira, entregues em novembro de 2024, em alusão ao Dia da Consciência Negra.

Segundo o ITERPA, cerca de 600 famílias estão sendo beneficiadas com essa ação. Destaca-se o impacto da titulação de uma extensa área — quase 8 mil hectares, como no caso da comunidade Nova América.

O COMPONENTE 2, definido como produção sustentável, está apoiando o Programa Territórios Sustentáveis (PTS), no arquipélago do Marajó, liderado pela SEMAS e com interface de execução com o ITERPA.



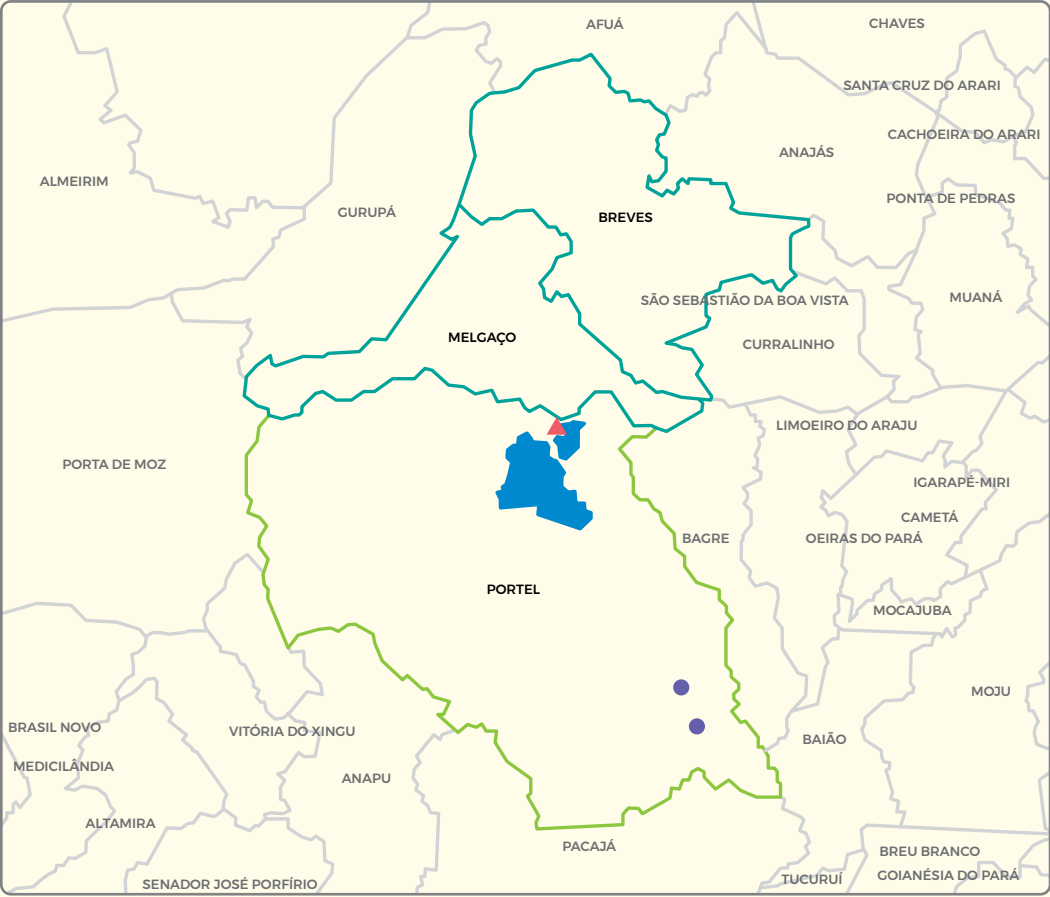
Durante os meses de janeiro a abril de 2024, foi executado o estudo realizado pela consultoria contratada CON&SEA para a elaboração do diagnóstico socioeconômico e fundiário para os municípios de Portel, Breves e Melgaço. Em abril de 2024, o produto final foi entregue e validado, com a definição das áreas prioritárias para atuação do TS Marajó (FIGURAS 14 E 15).

É importante ressaltar que o processo de escolha das áreas prioritárias e das comunidades a serem atendidas na etapa de diagnóstico socioeconômico e ambiental levou em consideração áreas de uso individual, cadastros em áreas de jurisdição estadual e sem sobreposição com áreas protegidas — Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs) e áreas militares. Na ausência de áreas de domínio estadual, foram admitidas áreas de assentamento federal, conforme consulta a mapas temáticos e à base de dados (arquivos vetoriais) disponibilizados pela SEMAS e pelo ITERPA para a consultoria contratada.

Durante o mês de maio de 2024, a SEMAS realizou reuniões com os órgãos executores do TS para apresentação e validação do diagnóstico elaborado, bem como da aprovação das áreas prioritárias delimitadas. Em função de a área de abrangência do projeto viabilizado pela Fundação Gordon & Betty Moore conter apenas Portel, dos três municípios do TS Marajó em seu escopo, neste relatório, serão priorizados apenas os resultados para Portel. A **FIGURA 16** apresenta as áreas prioritárias definidas para o município de Portel.

-  **SEDE MUNICIPAL DE PORTEL, PA**
-  **ÁREAS PRIORITÁRIAS/TS MARAJÓ (PORTEL) – ALTO PACAJÁ**
-  **ÁREAS PRIORITÁRIAS TS MARAJÓ (PORTEL):**
 - GLEBAS ESTADUAIS EM ARRECADAÇÃO
 - PARCELAS EM REGULARIZAÇÃO – ACUTIPEREIRA
-  **MUNICÍPIO DE PORTEL**
-  **TS MARAJÓ**
-  **LIMITES MUNICIPAIS, PARÁ**
-  **LIMITES ESTADUAIS, BRASIL**

FIGURA 16: Mapa de localização das áreas prioritárias de Portel (Fonte: SEMAS)



O Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental contou com o acompanhamento da equipe FAO/FUNBIO e, de maneira geral, apresentou informações sobre as características da população e do uso e ocupação do solo nos três municípios (Portel, Breves e Melgaço).

De acordo com os resultados do diagnóstico realizado, a população dos três municípios é predominantemente composta por agricultores, extrativistas e pescadores. As atividades principais incluem o cultivo de mandioca, açaí e cacau, além da pesca, e o cultivo de outras espécies frutíferas, como abacaxi, banana e limão.

Sobre o uso e a ocupação do solo, o diagnóstico apontou que grande parte das áreas prioritárias se encontram sob florestas, com muitas áreas impactadas por extração seletiva de madeira, desmatamentos pontuais e vastas áreas de floresta com regime de inundações.

O diagnóstico também destacou que os municípios possuem vastas áreas delimitadas com projetos de assentamentos extrativistas, tanto federais quanto estaduais. Entre os três municípios, Portel possui a maior quantidade de Projetos Estaduais de Assentamentos Extrativistas (PEAEX).

No mês de junho de 2024, ocorreu o primeiro ciclo de capacitação dos agentes públicos locais dos três municípios, realizado em Breves. O FAO apoiou o PTS por meio do pagamento das diárias para a equipe técnica da SEMAS que conduziu as capacitações, além de realizar a contratação de *coffee break* para estruturação da atividade (FIGURA 17).

De acordo com os resultados do diagnóstico realizado, a população dos três municípios é predominantemente composta por agricultores, extrativistas e pescadores.

FIGURA 17: Primeiro ciclo de capacitação técnica de agentes estaduais e municipais do TS Marajó (Fonte: SEMAS/PA)



Nos meses de julho e agosto de 2024, foi elaborada a especificação técnica para a contratação do serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) para até 150 produtores rurais do município de Portel.

Nos meses de julho e agosto de 2024, foi elaborada a especificação técnica para a contratação do serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) para até 150 produtores rurais do município de Portel. O objetivo é a realização de elaboração/retificação de Cadastros Ambientais Rurais (CARs), elaboração de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs), adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) do Pará, além da elaboração de projetos de crédito rural.

O documento foi protocolado em 29 de agosto de 2024, mas retornou para o solicitante em dezembro de 2024, devido à necessidade de acrescentar informações que causaram interpretações dúbias para as empresas que concorreram ao serviço. No início de 2025, o documento deverá voltar a tramitar internamente no FUNBIO para contratação.

O TS Marajó foi lançado em agosto com uma cerimônia de solenidade em Portel, no qual o FAO apoiou com diárias para a equipe técnica da SEMAS e contratação de *coffee break* para estruturação da atividade. O evento ocorreu no dia 21 de agosto de 2024, com a celebração do “Pacto para o Desenvolvimento Rural Sustentável” de cada município (acordos de cooperação) e mutirão de inscrição na Plataforma TS (**FIGURA 18**).

FIGURA 18: Evento de Lançamento do TS Marajó em Portel (Fonte: SEMAS/PA)





FIGURA 19: Reunião realizada na sede do ITERPA no dia 30 de outubro de 2024 (Fonte: ITERPA)



FIGURA 20: Segundo ciclo de capacitação técnica de agentes estaduais e municipais do TS Marajó (Fonte: SEMAS/PA)

Paralelamente às frentes conduzidas pela SEMAS, está sendo construída a especificação técnica para contratação de serviço de georreferenciamento para regularização fundiária das propriedades cadastradas no TS Marajó em Portel, pelo ITERPA.

Foram feitas algumas reuniões entre SEMAS e ITERPA, com a participação e intermediação do FUNBIO (**FIGURA 19**), para definição das áreas em comum para atuação conjunta. Ficou definido que seria realizado georreferenciamento nas áreas prioritárias definidas no diagnóstico que coincidem com as glebas estaduais arrecadas no município de Portel.

O segundo ciclo de capacitação dos agentes públicos locais ocorreu no mês de outubro, no município de Portel (**FIGURA 20**), onde os agentes dos demais municípios se deslocaram para o referido município. O FAO apoiou com diárias para a equipe técnica da SEMAS, bem como a compra de combustível para o deslocamento pelas comunidades.

O terceiro e último ciclo de capacitação tem previsão de ser realizado no mês de março de 2025, na capital Belém, possivelmente, na SEMAS Bosque, onde se localiza o Centro de Treinamento da Secretaria, que receberá os agentes dos três municípios. Para essa atividade, há a previsão de solicitação de *coffee break* para cinco dias de capacitação para estruturação da atividade e o pagamento de diárias para cinco técnicos que se deslocarão de Portel.

Destaca-se que, como os recursos disponíveis do projeto da carteira FAO contemplam ações de regularização ambiental e fundiária apenas para o município de Portel, que sofre grande pressão de desmatamento, a SEMAS informou que, juntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF), a EMATER, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) e demais



FIGURAS 21 E 22: Oficina de elaboração de projetos para organizações quilombolas em Abaetetuba (Fonte: SECEX)

instituições executoras do Programa, está trabalhando para o atendimento às famílias beneficiadas dos outros dois municípios que integram o TS Marajó.

Para o TERCEIRO E ÚLTIMO COMPONENTE, *cadeias de valor quilombolas*, que é acompanhado pela SEMAS, foram iniciadas as atividades em janeiro de 2024, quando foi lançada a Manifestação de Interesse n. 01/2024 para que instituições quilombolas se inscrevessem e apontassem seus desafios e aspirações de apoio. Como resultado, obteve-se a inscrição de 52 organizações. Entretanto, apenas 33 organizações estavam na área de abrangência do projeto e aptas para participar das demais etapas de apoio.

Dessa forma, em julho, foi lançada a Chamada de Projetos n. 22/2024, direcionada para as 33 organizações elegíveis ao processo. Foi realizada, ainda, uma oficina de elaboração de projetos em Abaetetuba, no Instituto Federal do Pará (IFPA), para estas organizações listadas na Chamada de Projetos, das quais participaram 30, com dois representantes cada, conduzida pelo IEB, consultoria previamente contratada pelo FAO, para realizar o treinamento dessas organizações (**FIGURAS 21 E 22**). A participação na oficina era critério obrigatório e eliminatório para seguir no processo seletivo.

Atendendo às demandas da oficina, houve um realinhamento interno, e o prazo para submissão de propostas foi adiado por mais um mês (até 20 de setembro). Adicionalmente, ocorreu novo apoio técnico às organizações quilombolas durante dois dias em Abaetetuba, quando uma equipe composta por duas pessoas representando o FUNBIO e duas pessoas representando a SEMAS retornaram ao IFPA Campus Abaetetuba para esclarecer dúvidas sobre a submissão de propostas e fornecer apoio tecnológico, utilizando o espaço do laboratório de informática da instituição de educação pública. Na ocasião, foram recebidas representantes de quatro organizações que necessitavam de apoio (FIGURA 23).

Após o fim do prazo de submissão, foram recebidas 17 propostas elegíveis para a análise documental pelos setores jurídico e financeiro do FUNBIO. Paralelamente, foi realizada a identificação de membros para compor a Câmara Técnica que avaliará as propostas após a análise documental preliminar do FUNBIO, com o objetivo de garantir a isonomia e a imparcialidade do processo.

A Câmara Técnica foi composta por sete profissionais com extenso conhecimento na área, representando uma diversidade de olhares, pois inclui membros da academia, governo, organizações da sociedade civil e setor privado. Os recursos existentes no projeto apoiarão até 15 organizações quilombolas.

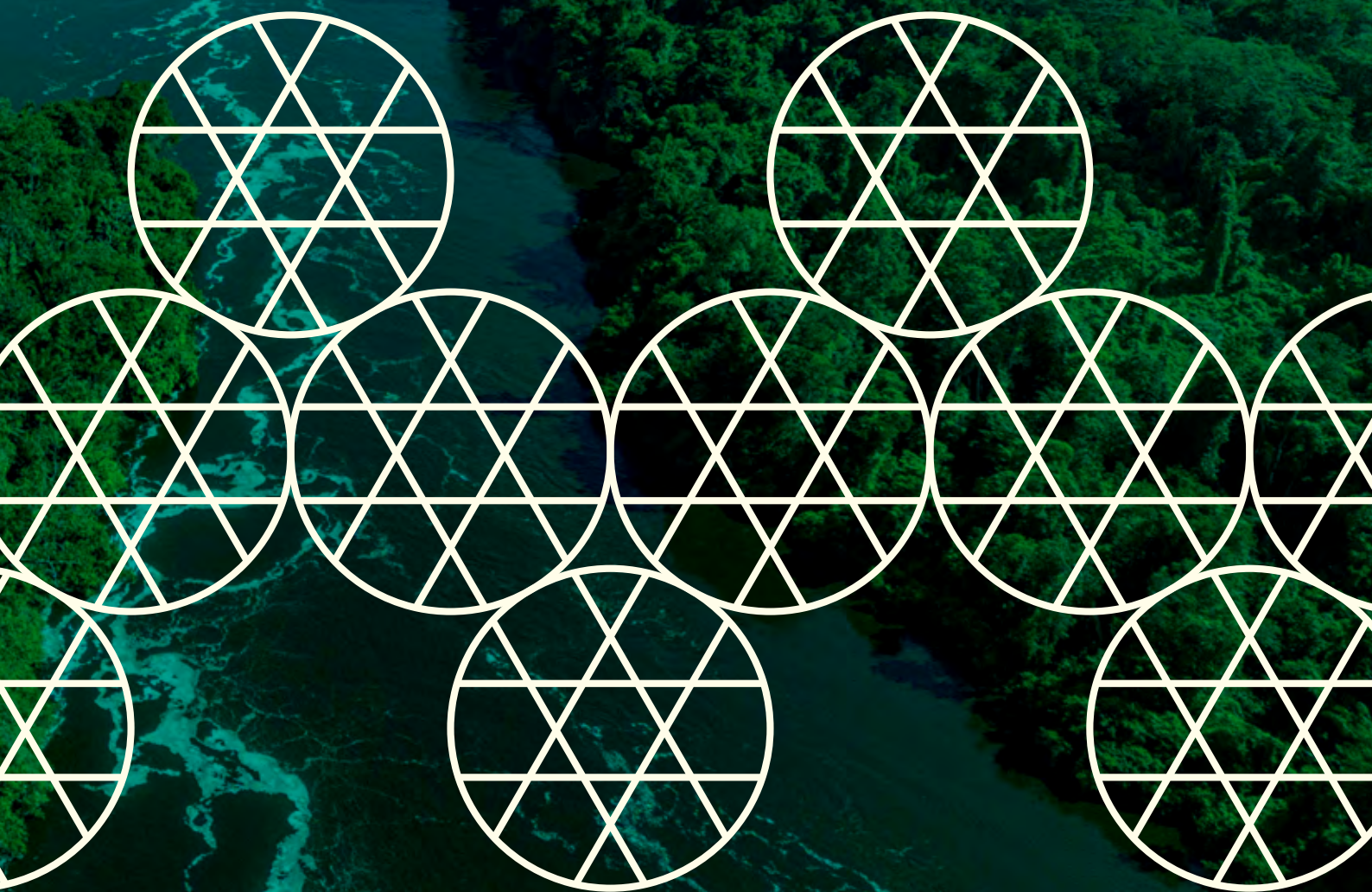
No primeiro semestre de 2025, devem assinar os contratos de apoio com as organizações quilombolas selecionadas após avaliação da Câmara Técnica.



FIGURA 23: Apoio tecnológico e técnico para organizações quilombolas em Abaetetuba (Fonte: SECEX)

Os recursos
existentes no
projeto apoiarão
até 15 organizações
quilombolas.

EXECUÇÃO E RENDIMENTOS



O quadro abaixo apresenta um resumo do panorama financeiro acumulado de janeiro de 2022 até dezembro de 2024, sendo o total discriminado na coluna “FAO” e por projetos/ financiadores nas colunas seguintes. O FAO alcançou o montante de R\$ 30.887.547,06 captado para execução das atividades previstas em contrato com doadores ou obrigações legais. Deste valor, R\$ 11.485.121,85 foram executados, enquanto R\$ 3.892.117,30 estão comprometidos e previstos para contratações já firmadas, totalizando R\$ 15.377.239,15 de recurso já destinado (FIGURA 24).

Ressalta-se que ainda será internalizada a última parcela de aporte do iCS no valor de R\$ 333.000,00, totalizando R\$ 1.000.000,00 do projeto aprovado. A previsão de depósito para essa última parcela está para o primeiro semestre de 2025.

É importante acrescentar que o FAO está em frequente esforço para aumentar a sua carteira com potenciais aportes, como se pode verificar na coluna ACRIPARÁ, que faz parte de um desdobramento do TAC da Pecuária proposto pelo MPF aos criadores de gado do estado do Pará.

FAO	JBS	IMERYS	ICS	MOORE	ACRIPARÁ
VALOR INTERNALIZADO					
R\$ 30.887.547,06	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 667.000,00	R\$ 19.754.200,00	R\$ 466.347,06
RENDIMENTOS					
R\$ 5.783.165,24	R\$ 1.189.231,33	R\$ 1.212.269,55	R\$ 36.170,86	R\$ 3.332.237,66	R\$ 13.255,84
VALOR EXECUTADO					
R\$ 11.485.121,85	R\$ 3.007.864,94	R\$ 5.048.799,42	R\$ 484.539,02	R\$ 2.947.918,47	ESTÁGIO INICIAL DE EXECUÇÃO
VALOR COMPROMETIDO E PREVISTO*					
R\$ 3.892.117,30	R\$ 0,00	R\$ 756.128,18	R\$ 540.388,72	R\$ 2.595.600,40	ESTÁGIO INICIAL DE EXECUÇÃO

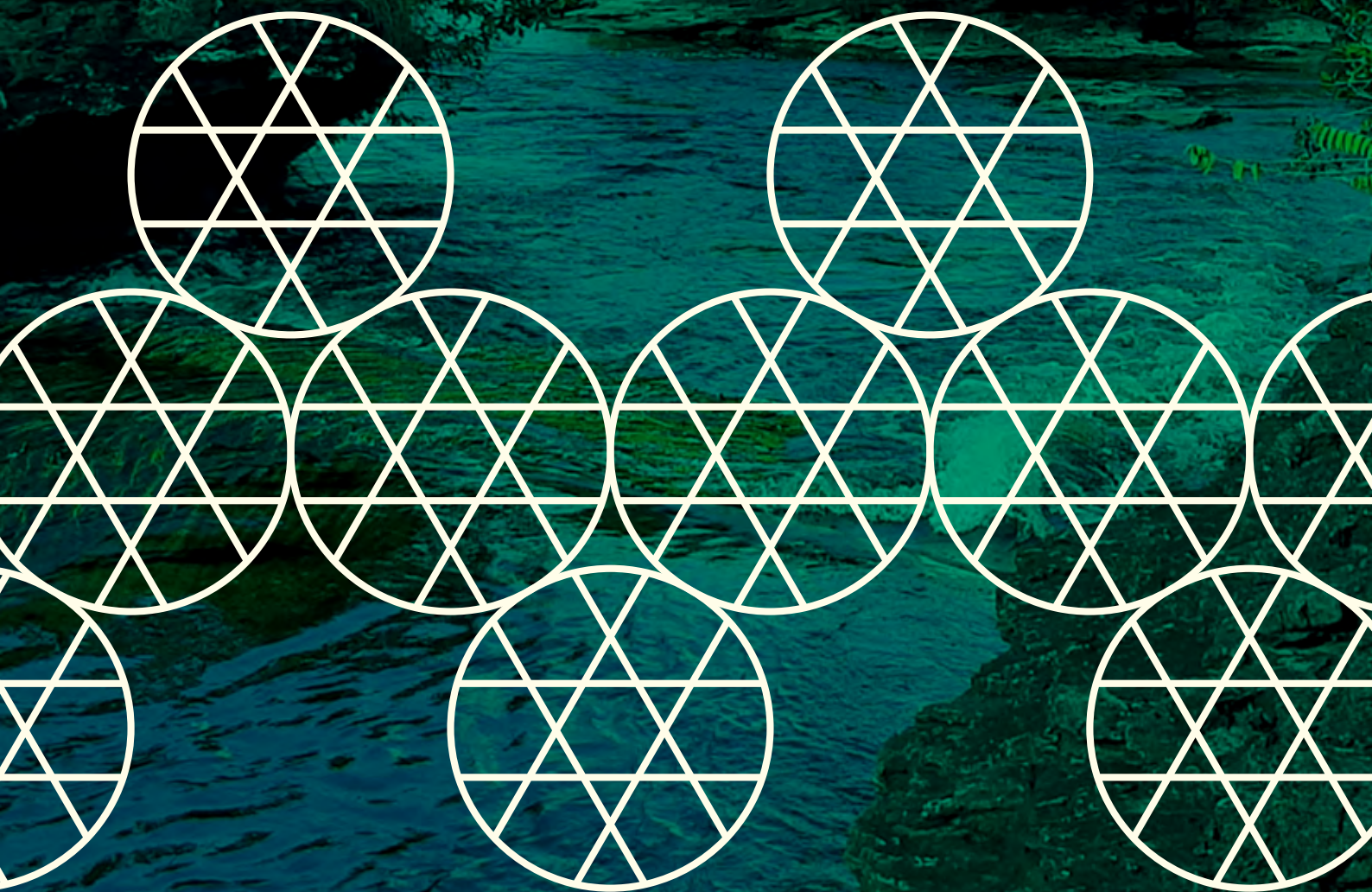
FIGURA 24: Panorama orçamentário do FAO (Fonte: SECEX)

O FAO alcançou o montante de R\$ 30.887.547,06 captado para execução das atividades previstas em contrato com doadores ou obrigações legais.

*O valor comprometido e previsto são os valores que já possuem uma destinação através de contratações já firmadas, por exemplo; entretanto, seu pagamento é parcelado por etapas ou produtos ao longo da vigência do contrato.



RESULTADOS OBTIDOS

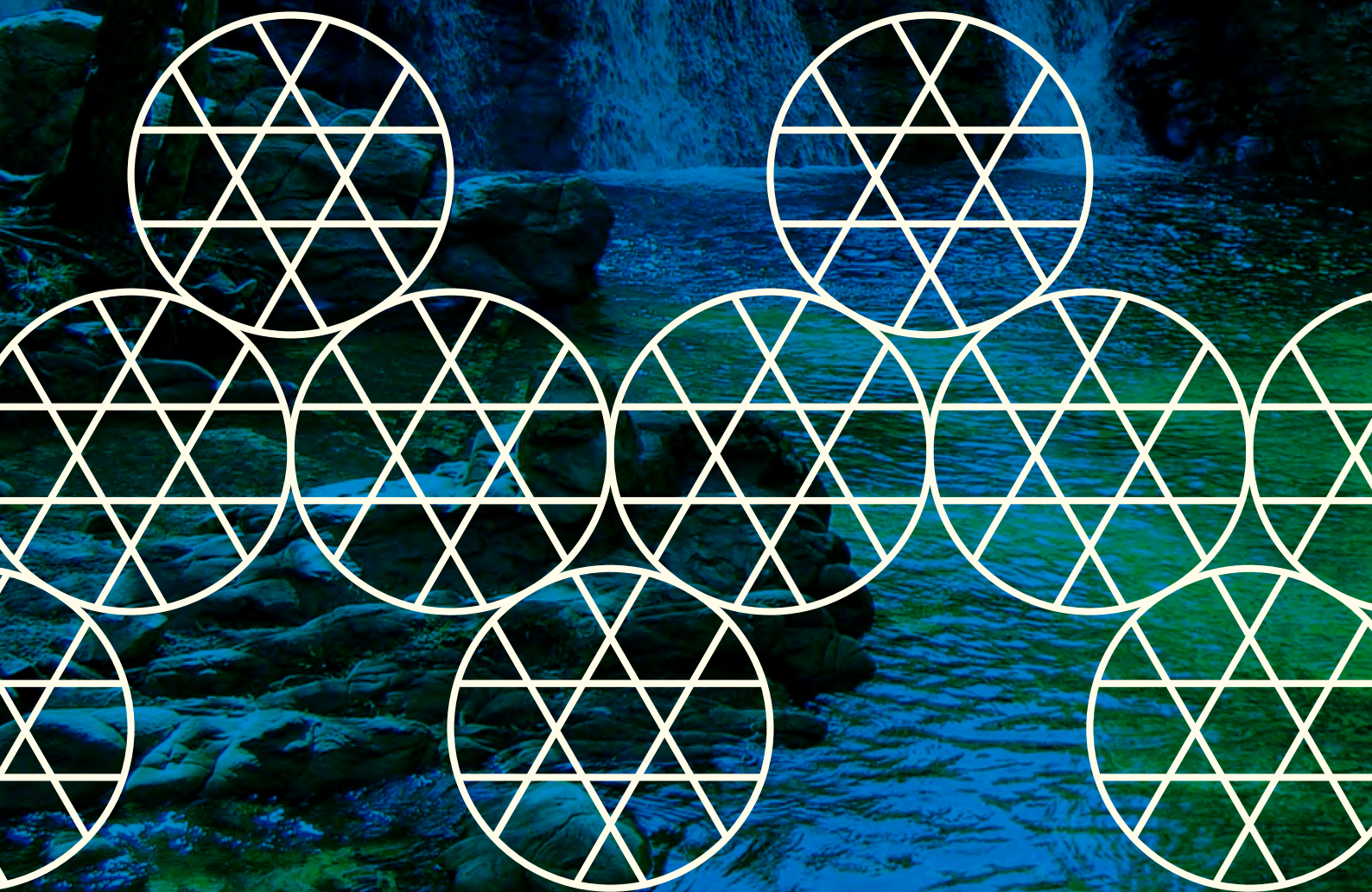


Durante o ano de 2024, o FAO atingiu os seguintes resultados, resumidos graficamente abaixo (FIGURA 25).



FIGURA 25: O FAO em números
(Fonte: SECEX)

NOVOS PROJETOS



Sobre os novos projetos incluídos ou em estruturação na carteira do FAO, no ano de 2024, foram negociados três novos projetos que estão em fases distintas de desenvolvimento, detalhadas a seguir e cujas informações resumidas podem ser consultadas na **FIGURA 26**.

FONTE	FINANCIADOR/OBRIGAÇÃO	RECURSO ESPERADO	STATUS
TAC DA PECUÁRIA	ACRIPARÁ	ENTRE R\$ 20 E R\$ 100 MILHÕES	Elaboração do Manual Operacional
TAC HYDRO	HYDRO	CERCA DE R\$ 30 MILHÕES	Ajustes finais para transferência do recurso e operacionalização
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EM TERRAS COLETIVAS (PSA 2)	BID	U\$ 3,8 MILHÕES	Missões de ajuste do projeto

FIGURA 26: Resumo dos projetos em estruturação e desenvolvimento no FAO

Os projetos apresentados na **FIGURA 26** estão organizados conforme o estágio progressivo de estruturação e desenvolvimento. O TAC da Pecuária já conta com recursos sendo internalizados no FAO por meio de depósitos realizados pela Associação dos Criadores do Pará (ACRIPARÁ), os quais podem alcançar até R\$ 100 milhões, conforme os valores apresentados na **FIGURA 24**.

Esses recursos decorrem do processo de regularização ambiental e requalificação comercial de grandes criadores de gado do estado do Pará. O projeto encontra-se na fase de elaboração de seu Manual Operacional (MOP), que estabelecerá as diretrizes para o fluxo de execução e a prestação de contas dos recursos, conforme ilustrado na **FIGURA 27**.

ACRIPARÁ – FLUXO

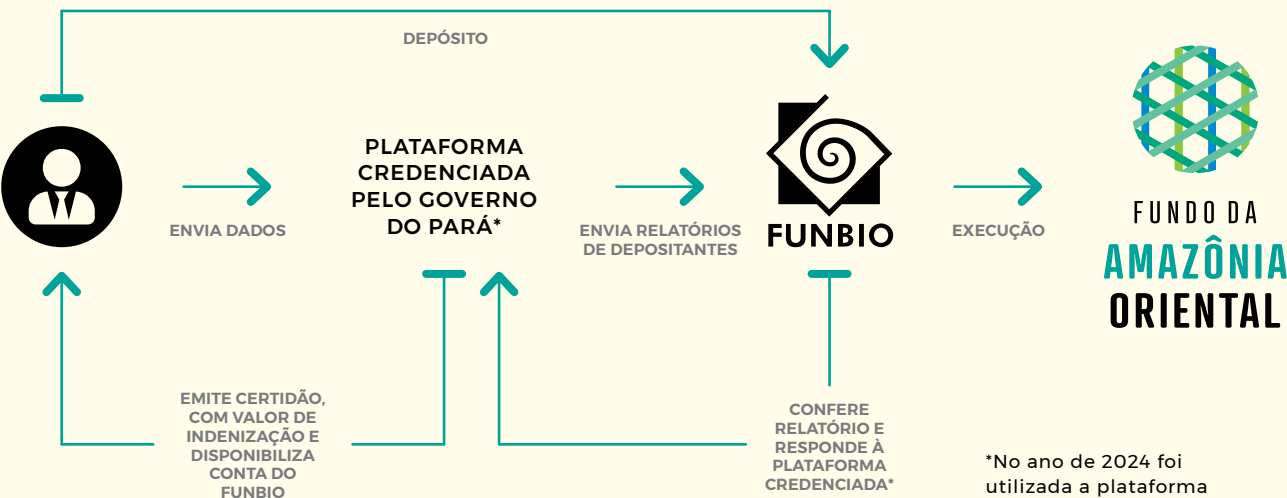


FIGURA 27: Desenho do fluxo de execução e prestação de contas do recurso ACRIPARÁ (Fonte: SECEX)

*No ano de 2024 foi utilizada a plataforma SIFLOR, atualmente a única credenciada, entretanto no futuro há o planejamento de credenciar outras plataformas



Área de Proteção Ambiental, Pará
Foto: Agência Pará

Os recursos provenientes desse TAC [Hydro] são oriundos do pagamento de multas ambientais [...], totalizando cerca de R\$ 40 milhões, destinados a beneficiar famílias no município de Barcarena.

O TAC Hydro, assinado pela Alunorte, Norsk Hydro do Brasil LTDA, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e Governo do Estado do Pará, representado pela SEMAS, encontra-se em fase de ajustes finais para a internalização e operacionalização dos recursos via FAO, sob gestão do FUNBIO. Os recursos provenientes desse TAC são oriundos do pagamento de multas ambientais (conforme a cláusula sexta), totalizando cerca de R\$ 40 milhões, destinados a beneficiar famílias no município de Barcarena.

Adicionalmente, destaca-se o apoio ao Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais do Pará (PEPSA/PA) – Subprograma Territórios Coletivos, que será financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com recurso não reembolsável no valor de U\$ 3,5 milhões,



que será executado via FAO. Ressalta-se que o Governo do Estado do Pará somará um valor de contrapartida que será desembolsado diretamente para o público beneficiário, sem qualquer responsabilidade de execução e prestação de contas por parte do FAO.

Denominado PSA-2, o projeto visa desenvolver estratégia e metodologia para um subprograma de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) adaptado aos territórios coletivos vinculados ao PEPSA/PA. Além disso, contempla a operacionalização de um piloto no bloco de áreas protegidas da Terra do Meio, no município de Altamira, ao longo de um período de 36 meses.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de estruturação, com o desenvolvimento do Plano de Consulta e Participação das Partes Interessadas, a ser realizado no

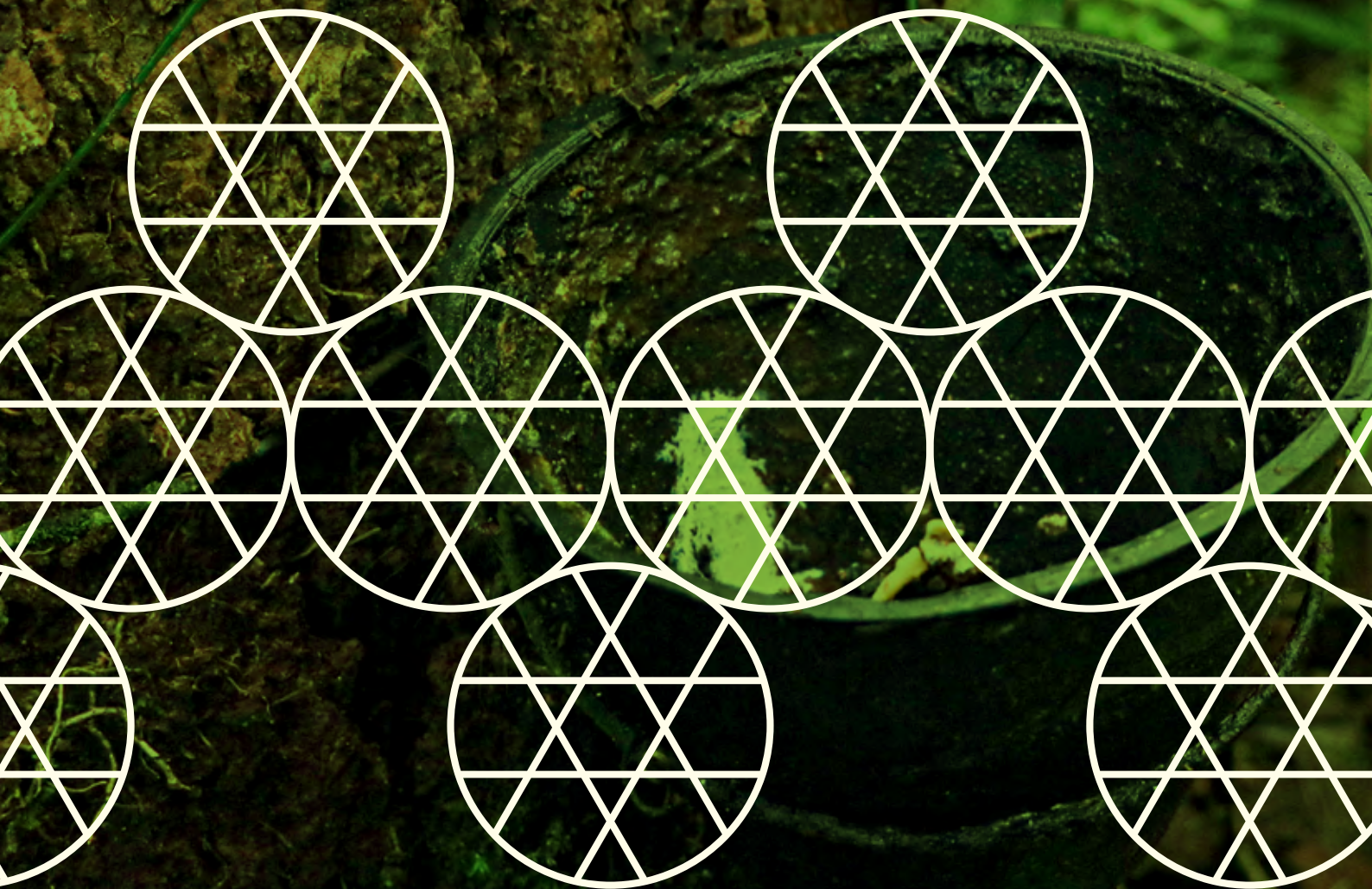
município de Altamira. A governança do projeto é composta pelos seguintes órgãos de estado parceiros: SEMAS (coordenação), Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI) e Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF). As representações sociais incluem a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA). A assessoria técnica do projeto será fornecida pela The Nature Conservancy (TNC), com execução dos recursos via FAO pelo FUNBIO, incluindo o pagamento por serviços ambientais.

Foram realizadas duas missões em Brasília, nos meses de agosto e novembro, entre FUNBIO, TNC e representantes dos órgãos de governo envolvidos, para tratar da estruturação e das etapas pré assinatura de contrato com o Banco.

Parque Estadual das Árvores Gigantes da Amazônia, Pará
Foto: Fernando Sette/Agência Pará



PROSPECÇÕES





Área de Proteção Ambiental, Pará
Foto: Agência Pará

Estão em andamento as prospecções de recursos provenientes dos créditos de carbono do Sistema Jurisdicional de REDD+ (SJREDD+) do estado do Pará. O SJREDD+ é um mecanismo financeiro destinado à compensação dos esforços de redução do desmatamento e da degradação florestal, promovendo ações voltadas à sustentabilidade, conservação e recuperação das florestas, sempre respeitando as salvaguardas socioambientais. O objetivo central do sistema é estruturar o mercado de créditos de carbono e cumprir as metas estaduais de mitigação climática, como as estabelecidas na PEMC/PA e no PEAA.

O acordo formalizado entre o Governo do Estado do Pará e a Emergent (organização coordenadora da Coalizão LEAF) prevê a compra de até 12 milhões de toneladas de créditos de carbono, oriundos da redução do desmatamento entre 2023 e 2026. Este acordo pode gerar aproximadamente R\$ 400 milhões, com a expectativa de que esses recursos sejam internalizados no FAO a partir de 2025 (FIGURA 28).

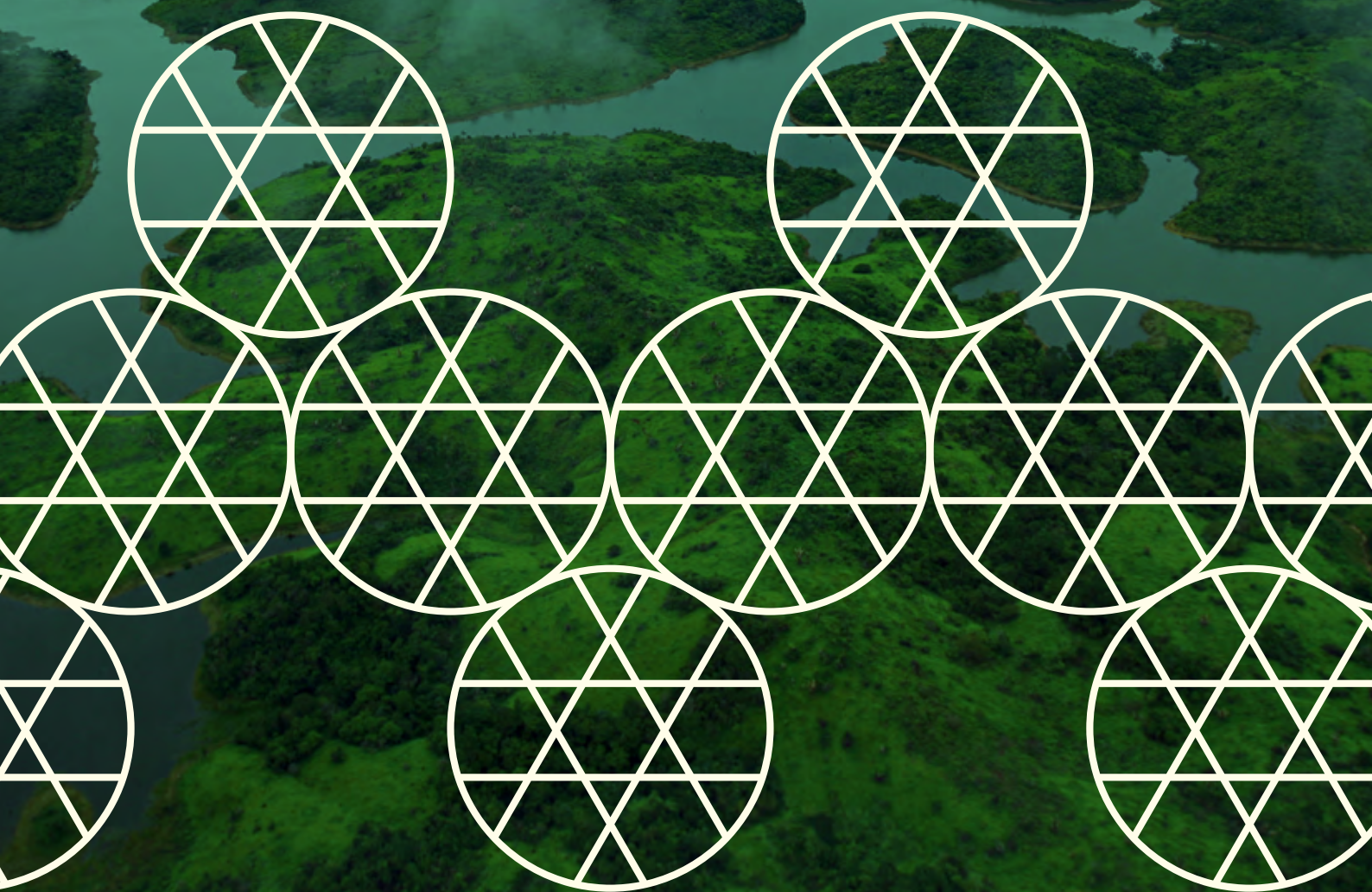
Foi realizada uma oficina em Brasília, no mês de outubro, entre FUNBIO, SEMAS e representantes de organizações da sociedade civil, para tratar dos próximos passos, e da criação do ambiente FAO para internalização e execução desses recursos.

FONTE	FINANCIADOR/ OBRIGAÇÃO	RECURSO ESPERADO	EXPECTATIVA	PROBABILIDADE	STATUS
SJREDD+ PARÁ	LEAF	R\$ 400 MILHÕES	2025	80-100%	Missões para estruturação do projeto

FIGURA 28: Resumo da prospecção de recurso existente no FAO



LIÇÕES APRENDIDAS



O ano de 2024 foi crucial para a execução dos recursos do FAO, marcando o início da maior parte das atividades dos subprojetos. Grande parte dos esforços realizados durante este ano resultou em avanços significativos, destacando a relevância do FAO como um impulsionador de políticas públicas no estado do Pará.

Durante 2024, foram entregues um Data Center Modular à SEMAS, três títulos quilombolas sob responsabilidade do ITERPA e uma proposta de Estratégia Estadual de Sementes, incluindo o planejamento para a implementação da política e a proposta de estruturação de um núcleo piloto no Baixo Amazonas, sob a responsabilidade do IDEFLOR-Bio.

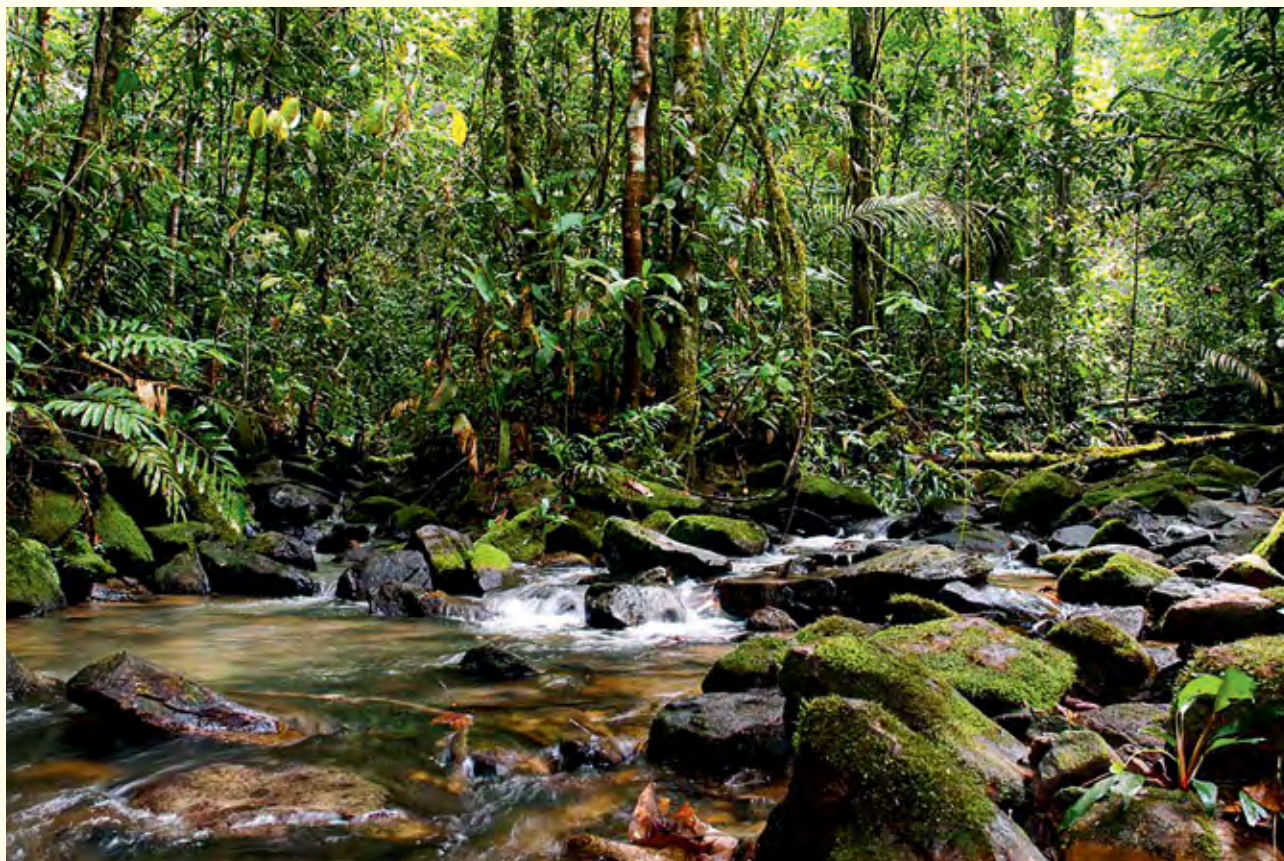
Está em fase de conclusão a implementação do Programa Territórios Sustentáveis, no município de Portel, política pública coordena-

nada pela SEMAS, e foram iniciados os estudos para a criação de três Unidades de Conservação no mesmo município, com previsão de implementação para 2025, sob a responsabilidade do IDEFLOR-Bio.

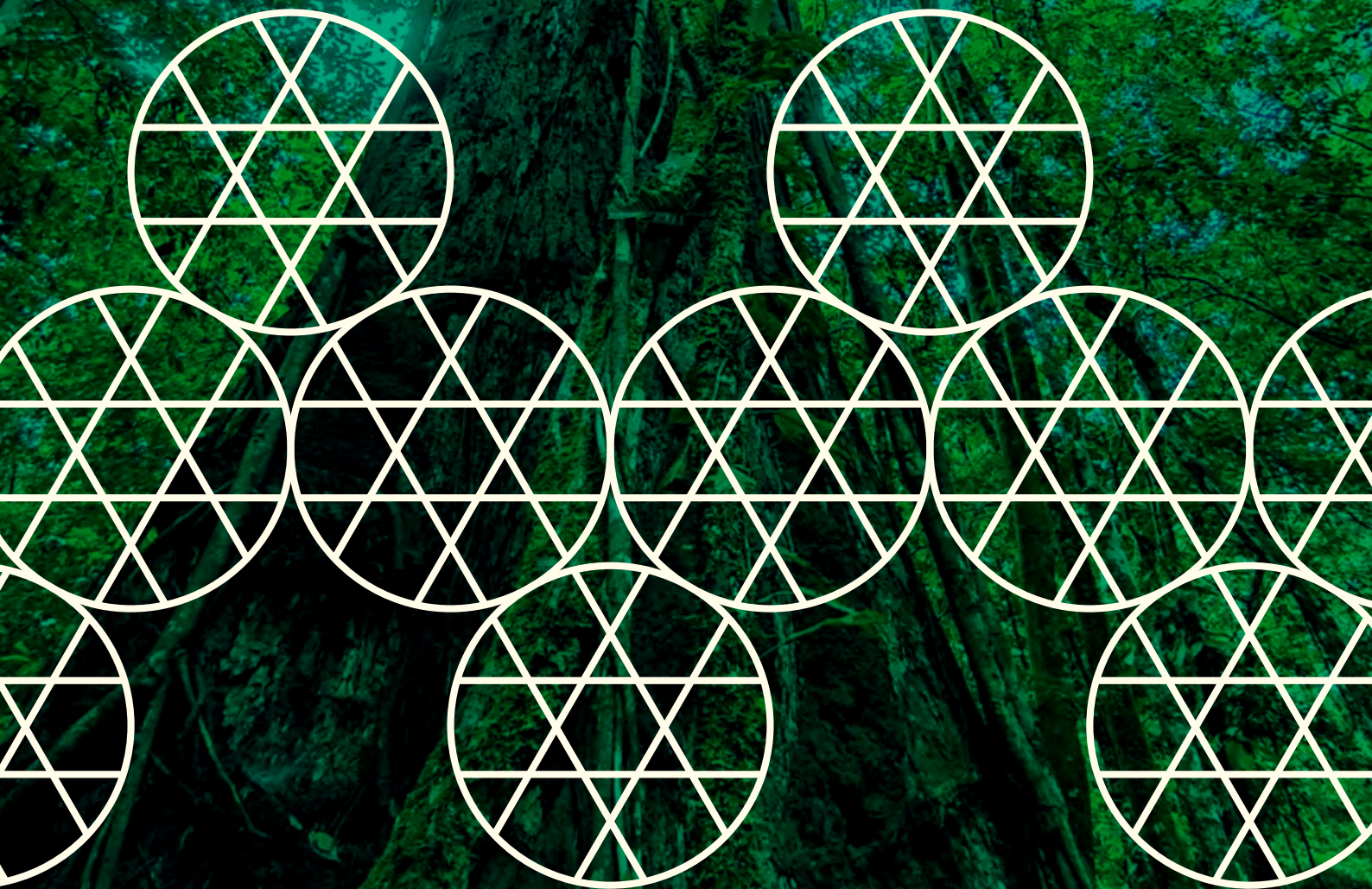
Neste ano, o FAO demonstrou crescimento substancial, com a internalização de mais de R\$ 30 milhões em dois anos, com uma perspectiva de alcançar R\$ 100 milhões em 2025. Destaca-se que o mecanismo financeiro tem se consolidado pela execução de recursos provenientes de obrigações legais, garantindo segurança e transparência para os parceiros envolvidos.

Neste ano, [...] o
FAO demonstrou
crescimento [...] de mais de R\$ 30 milhões em dois anos

Área de Proteção Ambiental, Pará
Foto: Agência Pará



AÇÕES FUTURAS





Área de Proteção Ambiental, Pará
Foto: Agência Pará

Em 2025, o Pará receberá a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, o que representa para o estado e para o Brasil uma importante oportunidade de protagonismo no cenário global de combate às mudanças climáticas. A Conferência também tem o potencial de impulsionar a transformação estrutural e socioeconômica do bioma amazônico, especialmente com a atração de novos investimentos para o fortalecimento de políticas públicas em temas como conservação, financiamento climático e combate ao desmatamento. O Fundo da Amazônia Oriental (FAO) pode se beneficiar nesse ambiente de fluxo de capital disponível e fortalecer ainda mais a sua capacidade institucional.

No próximo ano, O FAO será o mecanismo executor de um recurso de doação (*investment grant*) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) da ordem de U\$ 3,5 milhões, com o objetivo de operacionalizar a estruturação e

pilotagem do subprograma de pagamento por serviços ambientais (PSA) em territórios coletivos no bloco de áreas protegidas da Terra do Meio, durante um período de 36 meses. Já se encontra em preparação a realização de consultas livres, prévias e informadas (CLPIs) junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais desse território.

Também está em fase de desenvolvimento o Sistema Jurisdicional de REDD+ do Pará, cujo objetivo central é impulsionar o financiamento climático e combater o desmatamento. Projeta-se, para 2025, a formalização do pré-acordo antecipado de vendas firmado entre o Governo do Pará e a Emergent (representante da Coalizão LEAF), que prevê a venda de até 12 milhões de toneladas de créditos de carbono gerados por reduções de desmatamento, com potencial de arrecadação de R\$ 400 milhões para o estado do Pará. Esse recurso também será executado no âmbito do FAO e

prevê diversos critérios para a repartição dos benefícios gerados nas transações comerciais.

A partir de 2025, o FAO também dará início à execução dos recursos atrelados às multas administrativas previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Hydro Alunorte, com obrigação de garantir a destinação do valor da penalidade aplicada a projetos em benefício das comunidades afetadas pela operação da empresa no município de Barcarena. O valor estimado do TAC é de, aproximadamente, R\$ 40 milhões.

Por fim, em 2025, deverá ser instalado, em caráter temporário de doze meses, o Escritório de Projetos FAO, cujo objetivo será contar com a presença de consultores qualificados e com experiência na elaboração, planejamento, acompanhamento e execução de projetos alinhados às demandas e prioridades do Fundo. A equipe contratada se dedicará,

especialmente, aos temas ligados à proteção e conservação da biodiversidade, redução de desmatamento e degradação florestal, criação de áreas protegidas, ordenamento territorial e empoderamento de comunidades tradicionais a partir do apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Também oferecerá suporte às ações de estruturação do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA Pará) e do Sistema Jurisdicional de REDD+ do estado do Pará (SJREDD+), ambos em fase de preparação.

O apoio do Escritório de Projetos à viabilização desses mecanismos favorecerá a manutenção, recuperação ou melhoria das condições socioambientais do Pará, contribuindo também para o cumprimento das metas estaduais de mitigação climática, como as estabelecidas na Política Estadual de Mudança do Clima (PEMC) e no Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

Área de Proteção Ambiental, Pará
Foto: Agência Pará





Em 2025, o Pará receberá a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, o que representa para o estado e para o Brasil uma importante oportunidade de protagonismo no cenário global de combate às mudanças climáticas.



COMO FAZER PARTE?

O FAO disponibiliza um portfólio de projetos relacionados aos eixos prioritários com abrangências e valores.

Neles, é possível identificar temas e áreas de atuação, assim como resultados esperados, benefícios e contrapartidas para apoiadores.

Para saber mais sobre o FAO e fazer parte dessa inédita iniciativa na Amazônia, acesse:

www.fundoamazoniaoriental.org.br
fao@funbio.org.br





O desafio de uma
Amazônia conservada
e com **dignidade** a seus
30 milhões de habitantes
é complexo.

O **FAO** é parte da **Estratégia**
Amazônia Agora, do Pará.